

FORCOM

Fórum das Faculdades Comunitárias

MANIFESTO DO FÓRUM DAS FACULDADES COMUNITÁRIAS – FORCOM, EM REFERÊNCIA AO PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 6/2019, QUE TRATA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

O Fórum das Faculdades Comunitárias – FORCOM, criado em 2011, constitui-se em espaço que expressa o desejo de atuação conjunta das instituições de ensino superior – IES de caráter comunitário, que não ostentam o status de centro universitário ou de universidade, dispostas a se congregarem em torno de causas comuns em todas as áreas e níveis de atuação. Compreende-se como comunitárias, as instituições sem fins lucrativos, portanto, comprometidas com a aplicação integral dos recursos gerados ou recebidos em suas próprias atividades, sendo mantidas por comunidades, igrejas ou congregações, confessionais ou não, não podendo pertencer a famílias ou a indivíduos isolados.

Atualmente, o FORCOM é composto por 14 instituições espalhadas pelo Rio Grande do Sul, que agregado a outras entidades representativas do setor, vê com apreensão o cenário em torno da PEC 06/2019, referente a reforma da previdência, especialmente no que concerne ao disposto no parágrafo 7º do artigo 195 da Constituição Federal, que assegura a imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social educacionais.

Essas instituições têm sua atuação marcada pelo atendimento das mais diversas demandas, baseando-se na busca de inovação e solução para problemas locais e regionais. Todas têm como referência o ensino e, não obstante, desenvolvem ações de pesquisa e extensão, além de conferências, seminários e atividades artístico-culturais, contribuindo com o crescimento econômico, social, cultural e educacional das regiões em que atuam. Atuam em projetos sociais junto em parceria com instituições que abrigam a população em situação de vulnerabilidade. O tempo mostrou que estas instituições representam importantes protagonismos nas mudanças, progresso e desenvolvimento, diversificando e integrando cada vez mais suas ações com a educação básica, o desenvolvimento tecnológico e a inclusão social de pessoas que não teriam acesso pela condição familiar, e pelas localidades onde residem, engajando-se, assim, na política educacional nacional.

Diante dos desafios gerados pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ao setor educacional, coloca-se a constante preocupação com a melhoria da formação científica e tecnológica e a atualização das qualificações ocupacionais da força de trabalho. A elevação dos níveis educacionais e de formação da população economicamente ativa é um dos pilares do aumento dos níveis de produtividade das economias, da melhoria da qualidade dos bens e serviços produzidos. Esse cenário requer o conhecimento dos sistemas cultural, econômico e social dos demais países da região para que possam ser reorientadas as relações vigentes, o respeito pelas diferenças culturais e a preocupação com a não-eliminação das respectivas identidades culturais, o reconhecimento das raízes históricas similares e o repensar da forma de abordagem dos temas latino-americanos das instituições educacionais. Ainda, a preocupação com a promoção de um desenvolvimento autônomo que respeite as peculiaridades da formação de cada Nação.


FORCOM

Fórum das Faculdades Comunitárias

As instituições comunitárias e de caráter filantrópico reinvestem todos os recursos gerados em suas atividades operacionais. Isso garante sustentabilidade financeira e possibilidade de manutenção das atividades em crises econômicas ou eventos climáticos diversos, que frequentemente assolam a região e prejudicam a atividade econômica. Embora tenha aumentado nos últimos anos a oferta do ensino superior em instituições estatais, permanece limitada e está muito longe de atender a necessidade de um país que deseja se desenvolver. Assim, essas instituições, embora sejam de direito privado, são comunitárias, portanto públicas não estatais e têm suprido boa parte da necessidade de qualificação e desenvolvimento profissional tão necessário para o desenvolvimento das mais diversas regiões do Brasil, especialmente aquelas onde a iniciativa estatal não alcança e não há interesse dos grupos econômicos da iniciativa privada de caráter estrito. Há várias décadas, estas instituições exercem papel fundamental na substituição das atividades da função pública do Estado na educação na cultura e geração de empregos, principalmente dos menos favorecidos.

Por serem filantrópicas, destinam historicamente mais de 20% de sua receita em bolsas e gratuidades, facilitando uma maior inclusão da comunidade, especialmente trabalhadores e filhos de trabalhadores, no ensino superior. O Brasil precisa aumentar significativamente a parcela da população no ensino superior, por ter um dos menores indicadores do setor, no mundo. Sabe-se que um cidadão com ensino superior tem mais chance de empregabilidade e que os profissionais com ensino superior tem significativamente mais renda. Ou seja, a inserção da parcela mais pobre no ensino superior, nas instituições filantrópicas, proporciona maior qualidade de vida e desenvolvimento econômico. Por isso, é de primordial importância a manutenção da filantropia das instituições educacionais, que exercem um papel decisivo na inclusão das camadas mais pobres da população brasileira. Dessa forma, enfatizamos o pedido a todos os parlamentares e comunidade acadêmica para defesa dessas instituições, rejeitando o proposto pela PEC 06/2019 e mantendo a legislação que envolve as imunidades tributárias a entidades educacionais.

Porto Alegre, 11 de setembro de 2019.



Adm. ANTONIO ROBERTO LAUSMANN TERNES
Coordenador do Fórum das Faculdades Comunitárias 2017/2020